

TITULO: PNAE COMO POLITICA PÚBLICA SAUDÁVEL PARA REDUÇÃO DE
DCNT'S

Maria Clara Oliveira Figueiredo, Maria Calique Rodrigues Bezerra.

Curso de Graduação em Nutrição, Centro Universitário Paraíso – UniFAP,
Juazeiro do Norte – CE; E-mail: mariaclaraoliveira@aluno.fapce.edu.br

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, assim como todos os programas de alimentação, promove uma alimentação segura, que proteja o meio ambiente e ainda promove a fomentação do movimento da economia, uma vez que a aquisição dos alimentos é feita através da agricultura familiar, então o alimento fornecido nas escolas, diretamente propicia geração de renda setorial. Na década de 50, problemas sociais preocupavam diretamente o comprometimento das gerações futuras, já que a desnutrição infantil ganhava forma e espaço agravando as crianças Brasileiras. Percebendo que a priori das escolas mais financeiramente afortunadas, começou a oferta direta de alimentação aos alunos, na época a preocupação era para tratar e diminuir a desnutrição. Anos mais tarde começaram a pensar na alimentação como uma política pública saudável. Anos atuais a preocupação se inverte. As doenças crônicas não transmissíveis – DCNT, são patologias que não têm causa única, apresentam fatores de risco e podem resultar em diversos malefícios ao indivíduo. Elas podem atingir a todos os indivíduos devido a predisposição genética e um fator controlável, hábitos saudáveis, o que inclui um planejamento alimentar adequado e a execução de atividades físicas. Para que não haja uma maior incidência dessas patologias nos adultos, é necessário que seja prevenido na infância. É nesse ponto, que entra a importância do PNAE, para que haja de forma eficaz a entrega de informações às crianças e seus pais, sobre como ter uma rotina saudável e ainda deve haver o estímulo ao pensamento crítico, uma vez que, é importante que haja ciência dos riscos e causas, para que de forma autônoma, possa haver mudança efetiva dos hábitos, assim levando a uma redução das DCNT's.

Palavras-chaves: PNAE, DCNT's, Políticas públicas.